

Começa nesta 5ª o 14º CONCUR que debaterá os rumos da organização dos trabalhadores

Começa hoje, 19 e vai até domingo 22, no Expo Center Norte, zona norte da capital de São Paulo, o 14º Congresso Nacional da CUT (CONCUR). O Congresso é um importante marco para os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores de todo o país, onde é debatido os temas que devem nortear a organização de trabalhadores nos próximos anos. O tema deste ano é “Luta, Direitos e Democracia que Transformam Vidas”.

É também no CONCUR que são aprovadas as resoluções políticas, organizativas e sindicais que orientam as ações da Central e suas entidades filiadas entre um evento e outro, e também quando é eleita a direção e executiva nacional.

O encontro, que também

celebrará os 40 anos da CUT, completados em 28 de agosto de 2023, reunirá cerca de duas mil pessoas, entre delegadas e delegados sindicais de todos os estados e ramos, além de observadores e lideranças nacionais e internacionais. A CUT é a maior central sindical do Brasil e quinta maior do mundo, com 3,9 mil sindicatos e 7,9 milhões de trabalhadores em sua base.

O presidente da CUT Nacional Sérgio Nobre, afirmou recentemente ao PortalCUT, que “o processo do Congresso e o debate interno fortalecerão a Central nos desafios que temos pela frente para garantir à classe

trabalhadora vez e voz na construção de uma sociedade mais justa, que supere as desigualdades sociais, com geração de empregos de qualidade e ampliação dos direitos”.

“Ao realizar o 14º CONCUR, no ano em que a nossa Central celebra 40 anos de lutas e conquistas, reafirmamos o compromisso de continuar lutando na defesa intransigente dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora”, afirmou Sérgio Nobre.

Fonte: CUT



Juventude fortalece o debate do futuro do sindicalismo no 14º CONCUR

Nos 40 anos da Central, próximo de 20% dos participantes são jovens, uma meta e um desafio posto para as lideranças.

Matéria completa em cut.org.br/noticias

Nova Lei de Cotas avança no Senado e vai ao Plenário na próxima semana

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (18) o relatório da nova lei de cotas universitárias. O texto assegura a continuidade do programa de acesso da população negra, indígena e quilombola à universidade pública, além de retirar um prazo para a medida.

A proposta segue para o plenário da Casa. Por um acordo na CCJ, o texto só deve ser analisado na próxima semana. Inicialmente, o relator da nova lei, Paulo Paim (PT-RS), pediu para que fosse dada urgência ao projeto, mas o presidente da comissão, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), costurou um acordo entre governo e oposição.

“Eu mando o projeto de lei para a Mesa [do Senado] sem nós votarmos o requerimento de urgência, e a Mesa aguardará uma semana para essa construção”, disse Alcolumbre. “Para dar tempo de eles construírem o acordo de redação e a regulamentação.”

Durante a discussão na CCJ, os senadores Plínio Valério (PSDB-AM) e Rogério Marinho (PL-RN) questionaram pontos do projeto de lei.

As cotas estudantis para universidades públicas e institutos federais foram estabelecidas em uma lei de 2012,



com previsão de validade por dez anos. Aprovado na Câmara, o projeto de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS) retira o prazo de vigência da lei e indica revisão do sistema a cada dez anos.

Para o líder da oposição, Marinho, atualizar a lei de cotas não é uma solução, porque não corrige as desigualdades e problemas do sistema da educação. O senador criticou as “políticas identitárias” como forma de política pública, no lugar do “mérito”.

“Essa parte, especificamente os negros, precisa realmente ter uma ajuda, mas que seja faseada, que nós tenhamos uma luz no fim do túnel”, disse Marinho.

Além da revisão a cada década, o projeto da nova lei de cotas também indica a necessidade de uma revisão anual.

Já Plínio pediu a inclusão do termo “mestiços” na lei de cotas. “A gente está defendendo tanto negros, quilombolas e indígenas, mas quem nasceu fruto de uma mãe negra, um pai quilombola, quem nasceu dessa mistura, que é o mestiço, que não está reconhecido aqui”, disse o senador.

Paim e outros congressistas indicaram que irão discutir os temas com a oposição para a análise no plenário e aprovação. Ele defendeu o aprofundamento do debate até a próxima semana.

Apesar de a votação na CCJ ter sido simbólica, Marinho, Plínio e os senadores Eduardo Girão (Novo-CE) e Marcos Rogério (PL-RO) pediram para registrar o voto contrário ao projeto da nova lei de cotas.

Fonte: Congresso em Foco

SINDSEP
Entrevista

ACOMPANHE O PROGRAMA NA TV ALTERNATIVA CANAL 19.1 AOS
SÁBADOS 10:30 E REPRISE AOS DOMINGOS TAMBÉM ÀS 10:30 E EM
NOSSAS REDES SOCIAIS TODAS AS SEGUNDAS A PARTIR DE 16H

f @ t v
sindsepmaranhao

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luis - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: João Carlos Lima Martins Secretária de Comunicação: Joanilde Pires Pereira, Marcos José Costa Ferreira e Maria de Fátima Santos Moraes
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) Redação: Nielsen Furtado (DRT 789) Projeto Gráfico e Diagramação: Giancarlo Cunha Redes Sociais: Rafael Costa